

endurecida em axila direita, medindo 5 cm, com hiperemia em região central, dor à mobilização do MSD e drenagem espontânea de secreção, sendo novamente internado com reinício de ampicilina e gentamicina, suspenso após avaliação de infectologista, que orientou seguimento com isoniazida pelo quadro de reação vacinal adversa. Em seguimento ambulatorial, foi afastada imunodeficiência através da dosagem de imunoglobulinas. Após uso de isoniazida por 6 meses, houve melhora clínica total.

Comentários: A linfadenopatia regional supurada é um evento adverso ao uso da BCG, caracterizado por linfonodomegalia em regiões axilar ou supraclavicular, com consistência inicialmente endurecida, seguida de amolecimento central e possível drenagem espontânea. Ocorre nos primeiros 3 meses de vida, com evolução benigna e não é muito frequente na população pediátrica, sendo orientado pelo Ministério da Saúde a sua notificação e uso de isoniazida (10 mg/kg) até resolução do quadro. Assim, é fundamental que o médico saiba identificar as reações vacinais adversas para conduta adequada.

Palavras-chave: Reação Adversa BCG Lactentes

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103103>

REAÇÃO ANAFILÁTICA APÓS PROFILAXIA PÓS EXPOSIÇÃO CONTRA RAIVA COM VACINA DE CULTIVO EM CÉLULA VERO E IMUNOGLOBULINA HETERÓLOGA: RELATO DE CASO

Adriana Baqueiro Abad Ribeiro^{a,*},
Alexandre de Almeida^a, Ana Paula Rocha Veiga^a,
Ana Karolina Barreto Berselli Marinho^b,
Ana Paula Augusto dos Santos^a

^a Instituto de Infectologia Emílio Ribas (IIER), São Paulo, SP, Brasil;

^b Hospital das Clínicas, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo (HCFMUSP), São Paulo, SP, Brasil

Anafilaxia após a vacinação é rara, ocorrendo a uma taxa de 1,31 episódios por 1 milhão de vacinas, podendo ocorrer entre pessoas sem história de hipersensibilidade prévia. A raiva é uma doença fatal com quase 100% de mortalidade se a profilaxia pós exposição não for eficaz oportuna e adequada. Paciente feminina, 51 anos, mordedura canina múltipla em mão e antebraço direito no dia 17 de setembro de 2022. Realizou lavagem local com água e sabão. Negava história pessoal de alergia, contato com equinos ou uso prévio de soro heterólogo. Cão não observável. 2 dias após o acidente iniciada a profilaxia com vacina antirrábica purificada de células VERO intramuscular e, programado esquema 0-3-7-14. Na 3a dose da vacina, administrado concomitantemente imunoglobulina antirrábica equina (ERIG) na dose de 40 UI/kg totalizando 12,4 mL, em 3 aplicações intramusculares em nádegas. Logo após iniciou prurido e vermelhidão nos locais das aplicações. Após 15 minutos, tosse seca e sensação de pigarro. Paciente foi liberada após cerca de 1 hora e logo que chegou em casa notou início de edema em lábios, prurido e hiperemia no rosto. Admitida no hospital afônica e com

placas eritematosas e pruriginosas disseminadas pelo corpo. Feito adrenalina intramuscular, corticoide e anti-histaminico. Permaneceu internada em unidade de terapia intensiva por 4 dias e não necessitou de ventilação mecânica. Encaminhada para avaliação no ambulatório de eventos adversos pós vacina do Instituto de Infectologia Emílio Ribas em 20 de outubro. Coletada sorologia antirrábica no dia 24 de outubro – 4 semanas após administração da ERIG, cujo resultado foi um título de 2,0 UI/mL. Repetida em 14 de dezembro e 15 de fevereiro de 2023 com título de 1,5 e 0,67 UI/mL respectivamente. Avaliada pela equipe da imunologia do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo em 5 de abril de 2023, realizado prick test com amostras da vacina, imunoglobulina antirrábica humana e ERIG, cujo resultado foi positivo para ERIG. Realizado teste cutâneo intradérmico na diluição 1:100 também positivo para ERIG, sem manifestações sistêmicas. Coletada sorologia em 19 de abril de 2023 com resultado de 5,33 UI/mL. No controle sorológico após realização dos testes intradérmicos foi evidenciado um título alto de anticorpos neutralizantes, o que pode ser explicado pelo fato desses testes terem funcionado como uma “dose booster” de vacina e ativado a imunidade de memória gerada pelo esquema de vacinação prévio.

Palavras-chave: Anafilaxia Raiva Imunoglobulina Antirrábica Equina Vacina VERO

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103104>

REGISTROS DE COBERTURA VACINAL CONTRA INFLUENZA ENTRE GRUPO PRIORITÁRIO INFANTIL NO ESTADO DO AMAPÁ

Marcelle Cristina Ferreira Brito Corrêa*,
Gustavo Mota Rodrigues,
Flávio Henrique da Glória Gomes,
Felipe Manassés Viterbino Matos,
Everton Vieira Santos, Hugo de Almeida Medeiros,
Lucas Vinicius Quaresma do Nascimento,
Amanda Pimentel Luz,
Michael Weder Moraes de Abreu, Ravi Cabral Gabriel

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, AP, Brasil

Introdução: A vacinação é uma das melhores formas de promover o fortalecimento do sistema imune contra um determinado patógeno, além de diminuir os gastos do sistema público de saúde com o tratamento através do investimento na prevenção. O Governo do Estado do Amapá vem incentivando a vacinação contra influenza por conta de um surto de síndromes respiratórias acometendo crianças com menos de seis anos. Esse estudo tem como objetivo analisar os dados pertinentes à vacinação contra Influenza no Amapá, entre o grupo prioritário infantil, durante o primeiro semestre de 2023.

Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo sobre a os registros de cobertura vacinal entre o grupo prioritário infantil no Amapá, realizado através do uso de dados sobre a Campanha Nacional de Vacinação Contra a Influenza 2023, fornecidos pelo Ministério da Saúde, durante o período de 20/03/2023 a 10/07/2023.

Resultados: Durante o prazo de 20 de março a 10 de julho de 2023, o total de doses de vacinas contra Influenza aplicadas foi de 93.052, sendo que 58% destas foram no município de Macapá, capital do estado. O estado conta com uma cobertura vacinal no público infantil de 93,3%, no entanto alguns municípios ainda não alcançaram a cobertura vacinal mínima de 90%, tais como Mazagão com 85,14%, Serra do Navio com 83,26% e Santana com 66,87%. Além disso, muitos não possuem o sistema vacinal completo, os municípios com os menores índices de cobertura vacinal são localizados em áreas interioranas e esses indicativos podem estar relacionados a dificuldades de acesso aos postos de vacinação.

Conclusão: Deste modo, percebe-se que a cobertura vacinal do vírus Influenza, alcançou a sua meta no Estado do Amapá, mas de uma maneira desconforme, já que algumas áreas interioranas apresentaram percentual de vacinação abaixo do esperado para aquela região. Entretanto, essa cobertura foi eficaz para frear o surto de síndromes gripais que acometeu o Estado. Logo, foi evidenciado que a cobertura vacinal para o vírus Influenza é eficaz para diminuir ocorrências de surtos de Síndromes Gripais e também fazer regredir os casos em avanços acelerados que estavam acometendo as diversas cidades nesse período.

Palavras-chave: Influenza cobertura vacinal Síndromes gripais

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103105>

SERÁ QUE OS FUTUROS PROFESSORES TÊM CONHECIMENTO SOBRE PAPILOMAVÍRUS HUMANO E SUA VACINA? UM ESTUDO TRANSVERSAL NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, PARÁ

Elayne dos Santos Pinheiro^{a,*},
Lucas Souza dos Santos^a,
Mayza Rafaely Ferreira Chagas^a,
Renan Luis Cardoso da Silveira^a,
Gláucia Caroline Silva de Oliveira^a,
Paula Cristina Rodrigues Frade^b,
Aldemir Branco de Oliveira Filho^a

^a Instituto de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil;

^b Programa de Pós-Graduação em Doenças Tropicais, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Introdução/Objetivo: Na educação em saúde, o desenvolvimento de conhecimentos, hábitos e habilidades devem ser buscado visando a compreensão e a adoção de um modo de vida mais saudável. Nesse sentido, o professor tem um papel muito importante. Este estudo avaliou o status do conhecimento sobre papilomavírus humano (HPV) e sua vacina numa amostra de universitários que estavam cursando licenciaturas (UL) e indicou as lacunas de conhecimento a serem ajustadas.

Métodos: Este estudo transversal foi realizado com UL no município de Bragança, Pará, norte do Brasil. A técnica de amostragem “bola de neve” digital foi utilizada. Por meio de formulário estruturado, UL forneceram informações demográficas, socioeconômicas e formação acadêmica, e

responderam 20 indagações sobre infecção pelo HPV e sua vacina. O status do conhecimento demonstrado foi estabelecido a partir da avaliação e contagem do número de respostas corretas a 20 indagações. O teste qui-quadrado foi usado para avaliar o conhecimento informado (autoclassificação) com o conhecimento demonstrado sobre infecção pelo HPV, sua vacina e ocorrência de câncer.

Resultados: No total, 250 UL participaram do estudo. A maioria deles afirmou ter sido vacinado contra HPV, conhecer outras pessoas que foram vacinadas contra HPV, que obteve informações sobre HPV e sua vacina em ambiente formal de educação (escola e/ou universidade), que recomendaria a vacina contra HPV, e que teve ou conhece alguma pessoa próxima com diagnóstico de câncer do colo do útero. A maioria dos UL afirmou e demonstrou ter conhecimento sobre a infecção pelo HPV, sua vacina e de câncer associado ao HPV (2 = 2,58; p = 0,11). Ainda assim, elevadas taxas de respostas incorretas indicaram as lacunas de conhecimento relacionadas aos temas: diagnóstico do HPV em homens; transmissão do HPV sem penetração vaginal/anal; HPV, fumo e risco de desenvolvimento do câncer do colo do útero; HPV e a ocorrência de câncer anal; necessidade de duas doses da vacina contra HPV para proteger meninos e meninas (9 a 14 anos) contra lesões induzidas por HPV; pessoas que já foram diagnosticadas com HPV ainda devem tomar vacina contra HPV; e vacina contra HPV e estímulo a vida sexual.

Conclusão: Este estudo demonstrou que UL têm conhecimento sobre HPV, sua vacina e de câncer associado ao HPV, porém lacunas foram detectadas e deverão ser abordadas por ações educativas no futuro.

Palavras-chave: Papilomavírus humano Imunização Conhecimento

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103106>

SITUAÇÃO VACINAL DE PUÉRPERAS, EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Silvana Silva Chaves^{a,*}, Clara Luiza da Silva e Silva^b,
Alexandro Colins dos Santos^b,
Tania do Socorro Souza Chaves^a

^a Instituto Evandro Chagas (IEC), Belém, PA, Brasil;

^b Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Objetivo: analisar a situação vacinal das puérperas, no alojamento conjunto da maternidade Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, para as vacinas hepatite B, dT (difteria e Tétano), influenza e dTpa (difteria, tétano e coqueluche acelular).

Método: estudo transversal e qualitativo, realizado através da análise do cartão de pré-natal e aplicação de questionário em puérperas, no período de janeiro a março de 2020. A análise estatística foi realizada no software SPSS 20.0.

Resultado: foram entrevistadas 165 (cento e sessenta e cinco) puérperas, entre 13 e 43 anos, com uma média de 25 anos de idade. 138 (83,7%) tinham baixa escolaridade, 93 (56,4%) possuía renda mensal um salário-mínimo; 90 (54,5%) residiam na região metropolitana de Belém. A análise do cartão de pré-natal revelou, que: 61 (36,97%) das puérperas